



Análise crítica do Índice de *Gap* de Gênero dos Estados Brasileiros: uma avaliação metodológica e epistemológica

Raphael Mendonça Guimarães*
Maira Covre-Sussai**
Marcelle da Silva Ribeiro***
Alessandra Bento Veggi****
Karina Cardoso Meira*****
Cristiane de Oliveira Novaes*****

O artigo de Silva de Sá *et al.* (2025) propõe e aplica o Índice de *Gap* de Gênero dos Estados Brasileiros (IGG-BR), com o objetivo de mensurar e comparar as desigualdades de gênero em âmbito subnacional, tomando como base os anos de 2014 e 2018. Inspirado metodologicamente no Global Gender Gap Index (GGGI) do Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum, 2023), o IGG-BR é composto por quatro dimensões: educação, saúde, empoderamento político e participação e oportunidade econômica. No nível mais alto de abstração, a pesquisa sobre igualdade de gênero avançou na identificação de questões relacionadas às desigualdades. Ao contrário disso, num nível mais operacional, menos produção que discuta ou demonstre soluções eficazes para superar o problema em si. Isso se deve, em parte, à relativa facilidade em estudar o *status quo*, em oposição ao estudo de *mudanças* no *status quo*. Por essa razão, o artigo de Silva de Sá *et al.* (2025) tem mérito e traz uma generosa contribuição para o contexto brasileiro.

* Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (raphael24601@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-1225-6719>).

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (mairacovre@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-2052-4907>).

*** Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (Ribeiro.marcelle22@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0006-9035-1489>).

**** Instituto de Educação Médica (Idomed), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (alessandraveggi@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0003-9349-431X>).

***** Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo-SP, Brasil (karina.meira@unifesp.br; <https://orcid.org/0000-0002-1722-5703>).

***** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (novaes.cristiane@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-3103-5076>).

Portanto, a proposta representa um avanço na mensuração de desigualdades de gênero em escala estadual, ao passo que adapta um referencial global a uma realidade nacional heterogênea como a brasileira. No entanto, ao se analisar criticamente os fundamentos conceituais, a metodologia e as implicações do índice, percebemos que há questões dignas de um debate, principalmente relacionadas à sua validade interna e externa, sua capacidade explicativa e sua sensibilidade às desigualdades estruturais e interseccionais. Nesse sentido, procuramos contribuir com este *ponto de vista*, cujo objetivo é analisar criticamente o IGG-BR de Silva de Sá *et al.* (2025).

Fundamentação teórica e limitações conceituais

O IGG-BR se insere na tradição dos índices sintéticos de desigualdade de gênero, como o Global Gender Gap Index (GGGI) e o Gender Inequality Index (GII). Esses instrumentos têm ampla difusão internacional e utilidade comparativa, mas apresentam limitações importantes quando aplicados a contextos específicos, sobretudo pela ausência de uma fundamentação teórica crítica mais robusta. No caso do IGG-BR, o conceito de desigualdade é operacionalizado de forma predominantemente quantitativa e institucional, centrada em indicadores de mercado e de representação formal, o que reduz a sensibilidade para dimensões simbólicas, subjetivas e relacionais da opressão de gênero.

A literatura em estudos de gênero (Connell, 2013; Biroli, 2018) enfatiza que desigualdades devem ser entendidas como sistemas complexos, atravessados por múltiplos níveis – econômico, político, cultural e afetivo – e articulados a categorias sociais como raça, classe, território e sexualidade. A ausência de tais intersecções no IGG-BR, agrupadas na categoria residual de “fatores não observáveis”, limita sua capacidade explicativa e reforça silêncios estatísticos que afetam, em especial, mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+. Como assinala Biroli (2018, p. 33), a desigualdade de gênero “não pode ser compreendida apenas pela distância entre médias de indicadores objetivos, mas também pela distribuição do poder simbólico e pelas práticas culturais naturalizadas”.

Outro ponto sensível é a atribuição de pesos iguais às quatro dimensões do índice, sem justificativa analítica para diferenças de impacto entre elas. Em contextos em que a dimensão política, por exemplo, condiciona o acesso a direitos em outras esferas, a equalização artificial dos pesos compromete a validade crítica do instrumento e dilui sua capacidade de captar hierarquias de poder.

Fontes de dados e abrangência dos indicadores

O IGG-BR utiliza como principais fontes a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua (IBGE), o Datasus e o Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Embora essas fontes sejam reconhecidas por sua qualidade e abrangência, a escolha e operacionalização dos indicadores levantam questões importantes.

A dimensão “saúde”, por exemplo, é representada exclusivamente pela expectativa de vida ao nascer. Embora esse seja um indicador robusto, ele é insuficiente para captar a complexidade das desigualdades em saúde, especialmente aquelas ligadas a violência de gênero, saúde sexual e reprodutiva, acesso a serviços e morbidades específicas. A literatura em saúde pública tem demonstrado que a mortalidade materna, a prevalência de abortos inseguros, os índices de violência obstétrica e a violência doméstica são determinantes centrais da vulnerabilidade das mulheres (Schaiber *et al.*, 2009; Hammarström *et al.*, 2014; Brück *et al.*, 2023). Ao mesmo tempo, a literatura na área dos estudos de gênero demonstra que valores relacionados aos papéis de gênero na sociedade impactam na reação dos homens, muitas vezes violenta, ao empoderamento econômico das mulheres (Saffioti, 2001; Bandeira, 2014; FBSP, 2025).

Na dimensão política, a representação é medida a partir da proporção de mulheres eleitas para cargos executivos e legislativos estaduais. No entanto, a ausência de indicadores sobre a eficácia dessa representação (por exemplo, proposição e aprovação de leis com recorte de gênero, acesso a recursos de campanha, etc.) compromete a validade construtiva do subíndice.

O subíndice de participação econômica também é limitado: embora inclua acesso à previdência privada e carteira assinada, não considera informalidade, jornada de trabalho reprodutivo não remunerado, nem interseccionalidades raciais e etárias.

Validade e abrangência do índice

A construção do índice segue regras claras de padronização, ponderação e truncamento, o que garante consistência interna nos resultados. No entanto, há fragilidades no tratamento de variáveis com baixa variabilidade, como foi o caso do ensino superior em 2014, o que obrigou os autores a excluírem este indicador da composição. Esse tipo de limitação compromete a comparabilidade temporal e a robustez estatística do índice. Além disso, o truncamento dos dados quando há “vantagem feminina” (razão > 1) reduz essas situações ao valor 1, sob a justificativa de evitar a “inversão do *gap*”. Essa escolha metodológica, embora alinhada ao GGGI, ignora o fato de que muitas “vantagens” das mulheres em certos domínios (como escolaridade) não se traduzem em maior poder de barganha social e econômico e, portanto, deveriam ser consideradas em sua complexidade, não simplesmente neutralizadas.

Por outro lado, a aplicabilidade do índice a outros contextos nacionais ou subnacionais é limitada. O IGG-BR não propõe mecanismos de atualização contínua, nem apresenta validação externa com outros indicadores correlacionados, como o IDHM ou o Gini de gênero. Além disso, o uso de apenas dois anos (2014 e 2018) não permite análise de tendências, tampouco avalia efeitos de políticas específicas implementadas no período. Como indicam Stoet e Geary (2019), índices sintéticos devem ser acompanhados de análises qualitativas e triangulação com outras fontes para que seus resultados ganhem confiabilidade externa. No caso do IGG-BR, essa triangulação é ausente.

Além disso, embora a proposta de desagregação estadual represente um avanço frente aos índices nacionais, o modelo metodológico não é capaz de capturar desigualdades intraestaduais. No Brasil, estados como Amazonas, Bahia, Pará ou Minas Gerais apresentam heterogeneidades internas imensas, com regiões metropolitanas convivendo com áreas rurais e indígenas com características socioeconômicas completamente distintas. A ausência de uma desagregação por região intermediária, município ou grupo populacional impede a identificação de bolsões de desigualdade que são centrais para a formulação de políticas públicas direcionadas. A esse respeito, Rodrigues e Freiras (2023) e Rivera-Lozada *et al.* (2024) argumentam que as desigualdades vivenciadas por mulheres negras nas periferias urbanas ou em territórios tradicionais são qualitativamente diferentes daquelas enfrentadas por mulheres brancas em contextos urbanos privilegiados. Um índice que não leva isso em conta contribui para a reprodução de silêncios estatísticos.

Omissões relevantes e invisibilidades

O IGG-BR, apesar de apresentar boa execução técnica, deixa de fora dimensões fundamentais para a análise das desigualdades de gênero no Brasil:

- **raça/cor:** não há qualquer recorte étnico-racial no índice, mesmo diante da ampla evidência de que mulheres negras sofrem desigualdades acumuladas em todos os domínios (Rodrigues; Freitas, 2023);
- **trabalho não remunerado e cuidado:** uma das principais fontes de desigualdade de gênero – o trabalho doméstico – é completamente ignorada. Estudos como o de Ferrant, Pesando e Nowacka (2014) indicam que a distribuição desigual do cuidado impacta diretamente o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, à saúde e à educação;
- **violência de gênero:** feminicídio, violência sexual, violência obstétrica e violência psicológica são ignoradas no índice, ainda que constituam as formas mais dramáticas da desigualdade de gênero (Schraiber *et al.*, 2009; Saffioti, 2001);
- **saúde sexual e reprodutiva:** não são considerados indicadores como acesso à contracepção e ao aborto seguro ou número de gestações indesejadas, centrais na vida das mulheres;
- **ciência, tecnologia e inovação:** sub-representação de mulheres em áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) não é medida, embora seja reconhecida como um marcador relevante de empoderamento (Alvarenga; Braga, 2024).

A crítica às variáveis utilizadas pelo IGG-BR pode ser compreendida no marco mais amplo das limitações observadas em índices internacionais, como o *Global Gender Gap Index* (GGGI) e o *Gender Inequality Index* (GII). Esses instrumentos, embora amplamente utilizados em *rankings* globais, tendem a privilegiar dimensões “formais” de igualdade – acesso à educação, representação política ou inserção no mercado de trabalho – em detrimento de desigualdades

estruturais. Dessa forma, ainda que possam demonstrar avanços na paridade educacional ou em taxas de participação feminina no emprego formal, permanecem silenciosos diante de processos que reproduzem exclusões sistemáticas, como o racismo estrutural, a precarização do trabalho doméstico e de cuidado, ou a violência de gênero em suas múltiplas formas.

Tomando como exemplo o GGGI, sua métrica de “participação econômica” considera taxas de participação na força de trabalho, mas ignora a informalidade – espaço em que estão majoritariamente mulheres negras e periféricas em países latino-americanos. Da mesma forma, no GII, a dimensão “saúde reprodutiva” é reduzida a indicadores como mortalidade materna e fecundidade adolescente, sem contemplar o acesso ao aborto seguro, à contracepção de emergência ou à atenção adequada em casos de violência sexual. Em ambos os índices, a ausência de variáveis que reflitam diretamente as desigualdades raciais e territoriais resulta em um retrato enviesado: países com elevadas disparidades intrassociais podem figurar com “boas posições” nos *rankings* globais, ao passo que mulheres negras, indígenas ou LGBTQIA+ continuam em situação de extrema vulnerabilidade invisibilizada pelas estatísticas.

Essas lacunas evidenciam como a mensuração formal da desigualdade de gênero pode produzir uma narrativa otimista, mas parcial, sobre os avanços em equidade. No contexto brasileiro, por exemplo, indicadores como expectativa de vida ou escolaridade média das mulheres podem sugerir vantagens femininas; no entanto, quando desagregados por raça, revelam discrepâncias alarmantes, como maior mortalidade materna entre mulheres negras ou a persistente concentração dessas mulheres em ocupações precárias e de baixa remuneração (Benigno; Vieira; Oliveira, 2021; Herrera, 2013; López; Sito; Borrero-Ramírez, 2021). Tal constatação reforça a necessidade de que índices nacionais e internacionais incorporem dimensões interseccionais, bem como dados sobre violência de gênero, trabalho não remunerado e distribuição territorial de oportunidades, a fim de fornecer diagnósticos mais fiéis às realidades sociais e mais úteis para orientar políticas públicas eficazes.

Considerações finais

A iniquidade de gênero persiste como um obstáculo significativo ao desenvolvimento humano, social e econômico. A Agenda 2030 das Nações Unidas, por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), estabelece a igualdade de gênero como meta essencial para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Alcançar esse objetivo, contudo, exige a consolidação de sistemas de monitoramento capazes de fornecer dados regulares, comparáveis e sensíveis às múltiplas dimensões das desigualdades, permitindo análises longitudinais e avaliações robustas de políticas públicas (UN Women, 2023).

Evidências recentes destacam a amplitude desses desafios: da associação entre desigualdade de gênero e riscos ampliados para saúde mental e desempenho educacional (Percival *et al.*, 2023; Pinto-Gomes *et al.*, 2023), ao impacto das normas socioculturais que

perpetuam ciclos de exclusão em minorias étnicas (Thi *et al.*, 2023), passando pelos efeitos desproporcionais da pandemia de Covid-19 sobre o emprego, a violência doméstica e a carga de trabalho reprodutivo não remunerado (Sarker *et al.*, 2023). Esses achados reiteram que a igualdade de gênero é não apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia econômica indispensável para o desenvolvimento sustentável (Klasen, 2018).

O Índice de *Gap* de Gênero dos Estados Brasileiros (IGG-BR) representa uma contribuição relevante e inovadora para o debate nacional, ao propor a mensuração de desigualdades em nível subnacional. O presente *ponto de vista* não pretende invalidar o esforço realizado por Silva de Sá *et al.* (2025), mas sim ressaltar seus limites conceituais e metodológicos, ao mesmo tempo que aponta caminhos de aprimoramento. Defendemos que a utilização de instrumentos como o IGG-BR deve ser acompanhada de análises críticas, triangulação metodológica e atualização contínua, de modo a fortalecer seu papel no monitoramento das desigualdades e na formulação de políticas públicas alinhadas ao ODS 5.

Nesse sentido, entendemos que a proposta do IGG-BR poderia ser aprimorada com: inclusão de indicadores interseccionais, desagregados por raça, território e faixa etária; expansão da dimensão saúde para incluir morbidade, saúde mental, saúde reprodutiva e violência; introdução de uma dimensão “cuidados e trabalho reprodutivo”, com base em dados de uso do tempo e estrutura familiar; construção de séries temporais anuais, possibilitando análise de políticas públicas; uso de pesos adaptativos ou modelos de análise fatorial para aferir a importância relativa das dimensões em diferentes contextos regionais; e triangulação com dados qualitativos e estudos etnográficos para garantir validação cultural dos resultados.

Referências

- ALVARENGA, C.; BRAGA, C. Assessing the effects of gender stereotype in STEM in a Brazilian university. *Economia*, v. 25, n. 1, p. 74-91, 2024.
- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, v. 29, p. 449-469, 2014.
- BELINGHERI, P. *et al.* Twenty years of gender equality research: a scoping review based on a new semantic indicator. *PLoS One*, v. 16, n. 9, e0256474, 21 Sep. 2021
- BENIGNO, G. O. L.; VIEIRA, D. M.; OLIVEIRA, J. E. de. Desigualdade de gênero nos estados brasileiros e análise dos stakeholders do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 2, p. 483-501, 2021.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRÜCK, O. A bibliometric analysis of the gender gap in the authorship of leading medical journals. *Commun Med (Lond)*, v. 3, n. 1, p. 179, 2023.
- CONNELL, R. Gender, health and theory: conceptualizing the issue in a global and local perspective. *Nômada*, n. 39, p. 63-77, 2013.
- FERRANT, G.; PESANDO, L. M.; NOWACKA, K. **Unpaid care work: the missing link in the analysis**

of gender gaps in labour outcomes. OECD Development Centre, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo, 2025.

HAMMARSTRÖM, A. *et al.* Central gender theoretical concepts in health research: the state of the art. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 68, n. 2, p. 185-190, 2014.

HERRERA, K. M. Uma nova abordagem na construção de indicadores de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 3, p. 1236-1237, 2013.

KLASEN, S. The impact of gender inequality on economic performance in developing countries. **Annual Review of Resource Economics**, v. 10, n. 1, p. 279-298, 2018.

LÓPEZ, L. C.; SITO, L. R. S.; BORRERO-RAMÍREZ, Y. E. La dimensión global de las políticas públicas de género y salud en América Latina: un análisis decolonial. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, p. 380-390, set. 2021.

MATEOS, J. T. *et al.* Gender equality and the global gender gap in life expectancy: an exploratory analysis of 152 countries. **International Journal of Health Policy and Management**, v. 11, n. 6, p. 740-746, 2022.

PERCIVAL, V. *et al.* The Lancet Commission on peaceful societies through health equity and gender equality. **The Lancet**, v. 402, n. 10413, p. 1661-1722, 4 nov. 2023. DOI: 10.1016/S0140-6736(23)01348-X.

PINHO-GOMES, A. C.; PETERS, S. A. E.; WOODWARD, M. Gender equality related to gender differences in life expectancy across the globe. **PLOS Global Public Health**, v. 3, n. 3, e0001214, 2023.

RIVERA-LOZADA, I. C.; ESCOBAR, G. C.; RIVERA-LOZADA, O. Gender gaps in research: a systematic review. **F1000Research**, v. 12, p. 1302, 2024.

RODRIGUES, C.; FREITAS, V. G. Feminismo negro e interseccionalidade em periódicos brasileiros (1992-2020). **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 2, e92874, 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SARKER, M. R.; ROUF SARKAR, M. A.; ALAM, M. J.; BEGUM, I. A.; BHANDARI, H. Systems thinking on the gendered impacts of COVID-19 in Bangladesh: a systematic review. **Heliyon**, v. 9, n. 2, e13773, Feb. 2023.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, supl. 2, p. s205-s216, 2009.

SILVA DE SÁ, F. J. *et al.* Explorando a desigualdade de gênero nos estados brasileiros: construção e análise do Índice de *Gap* de Gênero. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 42, e0289, 2025.

STOET, G.; GEARY, D. C. The gender-equality paradox in science, technology, engineering, and mathematics education. **Psychological Science**, v. 29, n. 4, p. 581-593, 2018.

THI, H. D.; HUONG, T. B. T.; TUYET, M. N. T.; VAN, H. M. Socio-cultural norms and gender equality of ethnic minorities in Vietnam. **Journal of Racial and Ethnic Health Disparities**, v. 10, n. 5, p. 2136-2144, Oct. 2023.

UN WOMEN – United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women. **Progress on the sustainable development goals: the gender snapshot 2023**. New York: UN Women, 2023. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-09/progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2023-en.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2023**. Geneva: World Economic Forum, 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2023/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

Sobre os autores

Raphael Mendonça Guimarães é doutor em demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestre em população, território e estatística pública pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence-IBGE), mestre e doutor em saúde pública pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduado em enfermagem pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador titular em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e professor do curso de Medicina do Instituto de Educação Médica (Idomed).

Maira Covre-Sussai é doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Leuven (KULeuven), Bélgica, mestre em Análise Quantitativa aplicada às Ciências Sociais, pela Universidade de Leuven, com mestrado profissional na Fucape, e graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora associada do Departamento de Sociologia e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/Uerj). Diretora do Instituto de Ciências Sociais da Uerj. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero (Nuderg).

Marcelle da Silva Ribeiro é mestre em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), especialista em Saúde Coletiva pela Escola de Enfermagem Aurora Afonso Costa da Universidade Federal Fluminense e graduada em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É assessora da Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde da SMS do Rio de Janeiro.

Alessandra Bento Veggi é doutora e mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e graduada em Nutrição pela Uerj. Docente dos cursos de graduação em Nutrição da Universidade La Salle (Unilasalle) e de Medicina do Instituto de Educação Médica (Idomed/Unesa).

Karina Cardoso Meira é doutora em Epidemiologia em Saúde Pública e mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz) e graduada em Enfermeira pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal de São Paulo, professora permanente da Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e membro do Grupo de Trabalho de Violência e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Cristiane de Oliveira Novaes é doutora em Saúde Pública e Meio Ambiente pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), mestre em Ciências Médicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e graduada em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF). Diretora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Núcleo de apoio Psicopedagógico do Instituto de Educação Médica (Idomed/Unesa) e responsável pela coordenação acadêmica do curso de Pós-graduação Médica no âmbito do SUS (Funrio).

Endereço para correspondência

Raphael Mendonça Guimarães

Centro de Estudos Estratégicos – Fiocruz

Avenida Brasil, 4036, 10^º andar – *Campus Maré*, Mangueiras

21040-36 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Maira Covre-Sussai

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524, Pav. João Lyra Filho, 2^º andar, Bl. F, Sl. 2015, Maracanã

20550-013 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Marcelle da Silva Ribeiro

Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde da SMS do Rio de Janeiro

Rua Afonso Cavalcanti, 455 – 7^º andar, Cidade Nova

20211-110 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Alessandra Bento Veggi

Instituto de Educação Médica, Unesa – *Campus Città*

Av. das Américas, 700, bloco 8, loja 218, Barra da Tijuca

22640-100 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Karina Cardoso Meira

Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas – Unifesp

Rua São Nicolau, n. 210, Centro

09913-030 – Diadema-SP, Brasil

Cristiane de Oliveira Novaes

Instituto de Saúde Coletiva – Unirio

Rua Professor Gabizo, 264, 3^º andar, Tijuca

20271-062 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil

CRediT

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Não aplicável.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse pessoal, comercial, acadêmico, político ou financeiro que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Aprovação ética: Os autores certificam que o trabalho não inclui seres humanos ou animais.

Disponibilidade de dados e material: Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

Contribuições dos autores:

Raphael Mendonça Guimarães: conceituação; estruturação; escrita e revisão – rascunho original.

Maira Covre-Sussai: conceituação; escrita e revisão – rascunho original.

Karina Cardoso Meira: conceituação; escrita e revisão – rascunho original.

Marcelle da Silva Ribeiro: conceituação; escrita e revisão – rascunho original.

Alessandra Bento Veggi: conceituação; escrita e revisão – rascunho original.

Cristiane de Oliveira Novaes: conceituação; escrita e revisão – rascunho original.

Editores: Bernardo Lanza Queiroz, Júlia Almeida Calazans e Maria Carolina Tomás

Recebido para publicação em 30/04/2025

Aceito para publicação em 11/09/2025